

ESTUDO DE CASO: PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NA GESTÃO DE UMA CERVEJARIA

Alaércio de Paris¹
Alvaro Jonczyk Sartori²
Brenda Baldissera³
Bruno Oliveira de Aguiar⁴
Charlize de Moraes Noval⁵
Lucas Scolari⁶
Luiz Fernando Martins Gando⁷
Marina Martins Wrzezinski⁸
Olivan Borges Greiner⁹
Rosilene Trombeta¹⁰
Sabrina Souza¹¹

RESUMO: O presente artigo, buscou realizar um estudo para analisar e comparar o planejamento orçamentário e o realizado de uma cervejaria, situada no município de Barão de Cotegipe – RS, visando a análise dos custos, tributos, fluxo de caixa e tomada de decisão diante do cenário apresentado. Para a realização desse estudo, executou-se uma entrevista com o sócio proprietário e pesquisados os aspectos relevantes e particulares quanto a legislação e tributação da atividade estudada em meios eletrônicos como a internet, e realizada análise de documentos e registros contábeis fornecidos pelo sócio da empresa. A análise e compilação de todos os dados permitiu identificar que a pandemia do Covid-19 teve forte impacto negativo no ramo de atuação da empresa estudada, evidenciando, de forma clara, a diferença entre o que a micro cervejaria havia orçado, pensando em cenários não tão críticos, e o que realmente se realizou.

Palavras-chave: Cervejaria. Gestão. Plano orçamentário. Tomada de decisão

ABSTRACT: This article sought to carry out a study to analyze and compare the budget planning and the one carried out in a brewery, located in the city of Barão de Cotegipe - RS, aiming at the analysis of costs, taxes, cash flow and decision-making in view of the scenario introduced. To carry out this study, an interview was carried out with the owner partner and the relevant and particular aspects regarding the legislation and taxation of the activity studied in electronic media such as the internet were researched, and the documents and accounting records provided by the company partner were analyzed. The analysis and compilation of all data allowed us to identify that the Covid-19 pandemic had a strong negative impact on the field of activity of the company studied, clearly showing the difference between what the microbrewery had budgeted, considering scenarios that were not so critical, and what actually took place.

Keywords: Brewery. Management. Budget plan. Decision making.

¹ Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas pela UNISINOS. Docente do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade – IDEAU – Getúlio Vargas/ RS

² Discente do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade – IDEAU – Getúlio Vargas/ RS

³ Discente do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade – IDEAU – Getúlio Vargas/ RS

⁴ Discente do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade – IDEAU – Getúlio Vargas/ RS

⁵ Mestre em Administração, Gestão, Internacionalização e Logística pela UNIVALI. Docente do Curso de Ciências Sociais Aplicadas – Faculdade – IDEAU – Getúlio Vargas/ RS

⁶ Discente do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade – IDEAU – Getúlio Vargas/ RS

⁷ Mestre em Administração pela UNINOVE. Docente do Curso de Administração – Faculdade – IDEAU – Getúlio Vargas/ RS

⁸ Discente do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade – IDEAU – Getúlio Vargas/ RS

⁹ Mestre em Administração pela UNINOVE. Docente do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade – IDEAU – Getúlio Vargas/ RS

¹⁰ Discente do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade – IDEAU – Getúlio Vargas/ RS

¹¹ Discente do Curso de Ciências Contábeis – Faculdade – IDEAU – Getúlio Vargas/ RS

INTRODUÇÃO

Segundo a Associação Brasileira da Indústria da Cerveja (2016), o Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja do mundo e a cadeia produtiva dessa bebida gera, direta e indiretamente 2.2 milhões de empregos, chegando a representar 1,6% do PIB nacional nesse mesmo ano.

Certamente, o mercado de cervejas no Brasil é dominado por grandes monopólios, porém nos últimos anos, a cadeia de micro cervejarias vêm expandindo e criando raízes no mercado interno brasileiro. Uma prova disso é o salto de 32% no número de cervejarias devidamente registradas nos órgãos legais entre os anos de 2014 à 2015, segundo o anuário da cerveja publicado pelo Ministério da Agricultura, no ano de 2019.

Dessa forma, percebe-se que a produção artesanal de cervejas, além de conquistar cada vez mais os apreciadores dessa bebida, vêm ultrapassando os limites de informalidade, proporcionando assim a abertura e formalização de empresas que se encontram inseridas em um mercado muito competitivo, mas ao mesmo tempo com grandes possibilidades de escalonamento e mercado.

Para isso, essas novas empresas além de manterem um portfólio de cervejas no mercado devem observar as técnicas e métodos de administração, uma vez que por estarem inseridas em um mercado extremamente competitivo o Know-how (saber-fazer) não deve relacionar-se apenas as técnicas de fabricação, mas também à administração do negócio.

O ramo de atividade de fabricação e comercialização de cervejas possui riscos eminentes como a carga tributária, alta concorrência, dolarização de algumas matérias primas e elevado investimento de capital, todas essas ameaças se não forem mitigadas e monitoradas podem, em cadeia ou não, vir a colapsar o negócio.

Assim, este projeto trata-se de um estudo de caso de uma cervejaria artesanal situada no município de Barão de Cotegipe – RS que têm como foco principal a fabricação e comercialização de cervejas artesanais, buscando a identificação e mapeamento dos processos produtivos afim de identificar os custos, classificação tributária e fluxo de caixa envolvido nas atividades da cervejaria, afim de produzir um plano orçamentário que propicie o embasamento para tomada de decisão diante dos cenários apresentados.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS E TRIBUTAÇÃO

Tratando-se de empresas pequenas e muitas vezes familiares, que não apresentam grandes movimentações financeiras, muitas micro cervejarias iniciam e permanecem por um tempo na informalidade. Segundo Siqueira, Rocha e Telles (2013), “Tanto a figura do empreendedor formal quanto a do informal possuem tais características, porém são diversos os fatores que separam os empresários que decidem pela formalização, daqueles que optam pela permanência na atividade informal”. Assim, a evolução dos negócios e o escalonamento no mercado exigem que as mesmas busquem a legalidade institucional de seus empreendimentos.

Após a legalização e formalização do negócio, com o passar do tempo e a alavancagem dos negócios pode-se requerer que as sociedades empresariais se remodelem com a finalidade de obtenção de vantagens econômicas e até mesmos fiscais, pois segundo Azevedo, Mareco e Giese (2015), “Tendo em vista a elevada carga tributária, o sistema tributário nacional torna-se caro para as organizações, causando um impacto nas atividades empresariais”.

Logo, a contabilidade pode ser considerada como uma importante ferramenta que auxilia os gestores na parte de administração da empresa bem como nas informações financeiras e econômicas, dando o suporte necessário para os gestores nas tomadas de decisão, além de toda a parte tributária estar ligada diretamente ao estudo da legislação fiscal e dos tributos. De acordo com Fabretti (2009), “é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática os conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada”.

A contabilidade tributária é feita nas empresas pelo contador, ou por alguém com sua mesma capacidade. É através de uma análise regular que será feito um balanço tributário, para a empresa saber quanto precisa pagar de impostos, Pohlmann (2010) a define como:

É o ramo da contabilidade que dedica ao estudo dos principais conceitos, técnicas, métodos e procedimentos aplicáveis à apuração dos tributos devidos pelas empresas, à procura e análise de alternativas para redução da carga tributária e ao cumprimento das obrigações estabelecidas pelo fisco (POHLMANN, 2010).

A gestão tributária é um processo que visa à redução dos custos de uma entidade, com foco nas despesas tributárias, buscando uma prática de elisão menos onerosa de recolhimento de impostos, determinando assim o planejamento tributário que é definido por Andrade Filho (2009) como “atividade ou técnica de prospecção de alternativas de redução de carga tributária suportada pelas pessoas e pelas empresas, sempre em consonância com o ordenamento jurídico em vigor. ”

Os profissionais que atuam na área administrativa das empresas precisam estar à frente de fatores relacionados às normas tributárias, na busca de procedimentos de apuração de

tributos, levando em consideração os impactos referentes à decisão tomada. Assim a contabilidade tributária se tornou uma grande aliada das empresas que investem em profissionais com amplo conhecimento na área, está em constante mudança e as organizações devem dar atenção a isso pois podem facilmente cometer erros cruciais para a sobrevivência no mercado (NEVES; VICECONTI, 2003).

Existem quatro tipos de regimes tributários de impostos sendo três comumente utilizados, o Simples Nacional, o Lucro Real e o Lucro Presumido e arbitrado que, como o próprio nome sugere é determinado em casos específicos e de força legal (fisco). Dependendo do ramo e do faturamento as empresas se encaixam em um destes regimes. (MEURER, 2020)

O Simples Nacional é um regime com o objetivo de simplificar o pagamento de tributos por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Contém todos os impostos em uma única guia, denominada Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), onde estão inseridos o IRPJ, e CSLL, o PIS, o COFINS, o IPI, o CPP, o ISS e o ICMS. Podem adotar este regime empresas que possuem renda bruta de até 4,8 bilhões. Também de acordo com a Resolução CGSIM nº 59/2020, publicada em 12 de agosto de 2020, aplicada ao Microempreendedor Individual – MEI, dispensa de alvará e licenças de funcionamento, esta norma torna o ambiente de negócios mais simples, menos burocrático. Esta modalidade do Regime Simples Nacional possui outras vantagens como desempate em licitações e a não obrigatoriedade (facultativa) de contratar jovem aprendiz (FABRETTI, 2009).

As empresas que fazem parte do lucro real possuem receita bruta superior a 78 bilhões, devem calcular PIS e COFINS de 9,25% sobre o faturamento, no regime não cumulativo e desse valor, descontar créditos calculados com base em diversos fatores, como o consumo de energia elétrica. A tributação do IRPJ (Imposto de Renda – Pessoa Jurídica) e do CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) são determinadas pela apuração do Lucro Líquido da Empresa de forma periódica, sendo assim o valor pode variar de acordo com os resultados da organização, ficando sem ter apuração a pagar para o governo, se tiver prejuízo no exercício (FABRETTI, 2009).

Por outro lado, as empresas que adotarem o regime do Lucro Presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) têm uma base de cálculo uma margem de lucro pré-fixada pela lei. Desta forma, mesmo tendo obtido uma margem de lucro superior, a tributação recairá apenas sobre a margem pré-fixada. Se a margem de lucro efetiva for menor que a pré-fixada, os impostos serão calculados sobre a margem presumida. As margens de lucro presumidas são 8% para atividades industriais e de comércio, e 32% para atividades de serviços (FABRETTI, 2009).

Assim sendo, após a análise dos demonstrativos de resultado, no mês de janeiro de todo ano as Empresas podem optar entre um destes regimes tributários, Quadro 1.

Quadro 1: Regimes Tributários

	Simple Nacional	Lucro Real	Lucro Presumido
Limite de faturamento	4,8 MILHOES	NÃO EXISTE	78 MILHÕES
Impeditivos	É preciso ter um sócio pessoa Jurídica.	É obrigatório para instituições financeiras.	Não existe
PIS	Alíquota única.	1,65%	0,65%
COFINS	Alíquota única.	7,6%	3%
IRPJ	Alíquota única.	15% ou 25%, se ultrapassar de 20.000,00 de receita bruta em algum mês.	8%
CSLL	Alíquota única.	9%	12%
ISS	Alíquota única.	2,5% a 5% conforme município.	2,5% a 5% conforme município.

Fonte: Adaptação da Tabela de Bcredi , 2021.

De acordo com Higuchi (2016), o lucro arbitrado não é uma opção única do contribuinte, deve estar associado a alguns fatores: conhecimento da receita bruta e escrituração imprestável ou não a manter por força da lei. Lucro Arbitrado é uma forma de apuração utilizada, em geral, pelo fisco, quando a empresa não consegue manter sua escrituração dentro da lei.

Segundo a Lei 9.249 de 1995, art. 16, a aplicação de enquadramento do Lucro Arbitrado se dará nos casos de não aceitação do Fisco a respeito da escrituração Contábil e Fiscal apresentadas ou nos casos optativos a apuração dar-se-á de maneira arbitrária.

Segundo Corrêa (2006), o planejamento tributário é um dos elementos chave do planejamento estratégico da empresa e deve ser feito de forma contínua e eficaz, pois ele garantirá competitividade, redução dos custos e aumento da lucratividade através da preparação no caso de alterações na legislação e nas regras fiscais e tributárias, proporcionando aos gestores as melhores tomadas de decisões.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E DO NEGÓCIO

Além das questões legais e tributárias, mencionadas acima, os gestores de um negócio seja ele de pequeno, médio ou grande porte se utiliza da gestão financeira, orçamentária e estratégia empresarial, como funções importantes para administração de uma empresa. Sem

elas é praticamente impossível manter a empresa no mercado, segundo Padoveze (2012), o sistema de gestão é onde os gestores tomam decisões à cerca da organização, está totalmente relacionado com o planejamento, com a execução e o controle da organização.

O processo de gestão tem por finalidade permitir à empresa alcançar os seus resultados dentro de um conjunto coordenado de diretrizes, para atingir as metas e os objetivos explicitados na declaração da visão empresarial. O processo de gestão não se limita ao planejamento; inicia-se a partir deste e incorpora todas as etapas da execução das atividades, bem como do controle da execução destas. (PADOVEZE, 2012, p 22)

Para a gestão financeira funcionar ela deve estar atrelada a um plano orçamentário para Padoveze (2012) “orçar significa processar todos os dados constantes do sistema de informação contábil de hoje, introduzindo os dados previstos para o próximo exercício, considerando as alterações já definidas”. Já segundo Hoji (2017):

Administrar sem um guia é como andar no escuro, sem nenhum tipo de apoio. O planejamento orçamentário visa o conhecimento antecipado de resultados e serve de guia para ações a serem executadas pelas unidades da empresa, definindo as responsabilidades pela gestão dos recursos e geração dos resultados de determinado período futuro. (HOJI, 2017, p.419)

Uma importante ferramenta da gestão financeira é o fluxo de caixa, o qual é uma ferramenta contábil que acompanha as finanças, investimentos e rendimentos dentro da empresa. Para Santi Filho (2002), “Fluxo de Caixa é a previsão de entradas e saídas de recursos monetários, por um determinado período. ” Essa previsão deve ser realizada com base em dados levantados nas projeções econômico-financeiras atuais da empresa, considerando o histórico dos dados que resultarão em uma nova previsão.

Aprofundando as análises gerenciais e a intensidade do fluxo financeiro adentra-se a contabilidade de custos a qual “é uma atividade que se assemelha a um centro processador de informações, que recebe (ou obtém) dados, acumula-os de forma organizada, analisa-os e interpreta-os, produzindo informações de custos para os diversos níveis gerenciais. ” (LEONE, 1996, p. 17). Ainda, para Leone:

A contabilidade de custos colhe dados internos e externos, monetários e não monetários, mas quantitativos. Atualmente, em virtude de suas crescentes responsabilidades, diante das novas exigências por parte dos administradores, a Contabilidade de Custos está cada vez mais utilizando dados quantitativos não monetários, colhendo-os, trabalhando-os, organizando-os, combinando-os e produzindo informações gerenciais de alta relevância, baseadas nesses dados. (LEONE, 1996, p. 19).

Para facilitar o entendimento da contabilidade de custos é necessário compreender os principais termos.

a) Gasto: Compromisso assumido para a obtenção de produto ou serviço.

Segundo Martins (2003), é a compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro).

b) Custo: Pode ser associada a uma noção de sacrifício. Para Leone (1997, p. 46), custo é gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de bens ou serviços.

c) Despesa: Martins (2003), define como bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.

d) Investimento: Santos (2005), define como todos os bens e direitos registrados no ativo das empresas para baixa em função de venda, amortização, consumo, desaparecimento, perecimento ou desvalorização.

Para se ter uma certa produção, precisa-se ter um montante certo de custos, e em custos isso se classifica:

- **Custo Fixo:** são aqueles que estão envolvidos na produção da empresa, independentemente da quantidade fabricada, temos como exemplo o aluguel e a depreciação.

Segundo Leone (2010), “São custos que não variam com a variabilidade da atividade escolhida. O valor total dos custos permanece praticamente igual. ”

- **Custo Variável:** são aqueles que aumentam ou diminuem conforme a produção, citamos de exemplo a matéria prima (quanto mais se produz maior será o custo) e energia elétrica (quanto mais se produz, maior será o uso de máquinas e equipamentos, portanto, maior o consumo e o custo).

Segundo Leone (2010), “São os custos que variam de acordo com os volumes das atividades devendo estar representados por bases de volume, que são geralmente medições físicas. ”

De acordo com Chaumier (1986), a informação tem duas finalidades, o conhecimento dos ambientes internos e externos de uma organização e como atuar nestes ambientes.

Assim, todo o levantamento de dados e informações referentes a fluxo de caixa, custos, tributos e situação cotidianas do mercado tornam-se insumos para a contabilidade gerencial que tem o principal papel de gerar subsídios para tomadas de decisões.

Segundo Crepaldi (2017):

O processo da contabilidade gerencial deverá ser obtido por meio do processamento da coleta de dados e informações que serão armazenadas e processadas no sistema de informações da empresa. Com a integração das informações obtidas nos vários departamentos, a contabilidade gerencial proporciona aos seus administradores

informações que permitem avaliar o desempenho de atividades, de projetos e de produtos da empresa, bem como a sua situação econômico-financeira por meio da apresentação de informações claras e objetivas de acordo com a necessidade de cada usuário. (CREPALDI, 2017)

Uma tomada de decisão equivocada no planejamento orçamentário pode causar prejuízos não apenas às empresas e sócios, como também a manifestação de fatores que afetem a comunidade em geral, por meio de fatores sociais e econômicos. A empresa é criada para atingir maximização de riquezas ao longo do tempo, dessa forma o plano orçamentário é fundamental no desenvolvimento dos objetivos e metas que tem foco na obtenção de resultados, providos de uma boa e eficiente gestão financeira. LEITE et al. (2008).

METODOLOGIA

A realização de pesquisas é importante na educação superior e no ensino técnico para conhecer, apreender ou buscar respostas para determinados fenômenos que acontecem nas diferentes áreas do saber. (PEREIRA, et al. 2018). Com isso, a realização de uma pesquisa exige métodos e técnicas.

Para cumprir com o objetivo do trabalho que é de analisar o planejamento orçamentário de uma cervejaria, situada no município de Barão de Cotegipe – RS, visando a análise dos custos, tributos, fluxo de caixa e tomada de decisão diante do cenário apresentado, valeu-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa do tipo exploratória descritiva.

De acordo com Severino (2018), uma distinção que se pode fazer quanto a modalidade de pesquisa é entre a abordagem, qualitativa ou quantitativa. Este trabalho, quanto á abordagem, classifica-se como qualitativo. Para Beurem (2008), “A pesquisa qualitativa é um tipo de pesquisa que contempla análises detalhadas em relação ao objeto estudado. ”

Quanto ao objetivo, a pesquisa classifica-se como exploratória descritiva, segundo Severino (2018), “A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto”.

Somando-se, Gil (2009), apresenta a pesquisa descritiva como a que apresenta as características de determinada população ou fenômeno, assim nesse tipo de pesquisa busca-se caracterizar o assunto a ser estudado e aperfeiçoar informações sobre o mesmo.

Realizou-se uma entrevista semiestruturada com o sócio proprietário da cervejaria, buscando conhecer a história do negócio, identificar e mapear o processo produtivo, meios utilizados para venda e distribuição, identificação dos custos e despesas relacionados à

atividade, investimentos em maquinários e de pessoal realizados no empreendimento, a incidência de tributos no faturamento e na venda do produto, bem como os objetivos e intenções, a longo prazo, da empresa.

Foram pesquisados aspectos relevantes e particulares quanto a legislação e tributação da atividade estudada em meios eletrônicos, como a internet, e realizada análise de documentos e registros contábeis fornecidos pelo sócio da empresa. Por fim, os resultados foram tabelados, apresentados e discutidos no item abaixo, resultados e discussão, apresentando de forma estruturada o plano orçamentário elaborado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com seu projeto iniciado no ano de 2000, a micro cervejaria estudada, começou a ser desenhada com o apoio e mão de obra familiar. Usando os conhecimentos e experiências adquiridas durante a sua formação, dentro e fora do Brasil, somada a experiência de 12 anos de trabalho em uma empresa multinacional, o enólogo sócio fundador da cervejaria, apostou em um sonho agregado a visão e oportunidade de mercado identificado na região do Alto Uruguai gaúcho quando, no ano de 2011 formalizou a constituição empresarial da micro cervejaria.

Tendo como principal atividade a fabricação de cervejas e chopes, com sede própria localizada no interior do município de Barão de Cotegipe - RS, a empresa apresenta, desde sua inauguração, constante evolução comercial e financeira, com aproximadamente R\$ 4,5 milhões de reais alocados em infraestrutura para fabricação e comercialização da produção.

Partindo de uma venda média mensal de 1 mil litros no ano inicial (2013), para cerca 37.416 mil litros no período analisado neste estudo, o produto estrela da empresa é o Chope Pilsen, com cerca de 54,5% do total das vendas, seguido por mais 26 produtos que compõe o portfólio da empresa.

Para o estudo do plano orçamentário proposto neste trabalho e a realização das análises e projeções descritas, foram adotados os números orçados e dados auferidos durante o exercício do primeiro semestre do ano de 2020.

Durante esse período, a empresa contava com um quadro de colaboradores composto no início do período por 22 funcionários e posteriormente, devido ao estado de calamidade pública estabelecido em decorrência da pandemia COVID 19, reduziu-se a 6 funcionários, distribuídos nas funções de produção, envasamento e entregas.

Com base no planejamento orçamentário disponibilizado pela empresa, apresenta-se abaixo a projeção de vendas e receitas para o período de janeiro a junho do ano de 2020.

Quadro 2: Orçamento de vendas – 1º semestre de 2020

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Total
Volume de Vendas (litros)	60.000	66.000	63.000	68.000	45.000	57.000	359.000
Receita (R\$)	375.036	412.539	393.787	425.040	281.277	356.284	2.243.963

Fonte: Autores, 2021

Decorrente das atividades realizadas no primeiro semestre de 2020 a micro cervejaria apurou os seguintes volumes de vendas e de receitas.

Quadro 3: Realizado – 1º semestre de 2020

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Total
Volume de Vendas (litros)	75.258	58.759	39.110	11.888	19.557	20.103	224.675
Receita (R\$)	452.778	373.279	246.841	75.609	116.465	127.004	1.391.977

Fonte: Autores, 2021

Conforme observa-se nos quadros acima apresentados, a empresa orçou a venda de 359 mil litros os quais produziriam um faturamento bruto de R\$ 2.243.963,00. Porém, tendo como realizado o volume de vendas de 224.675 mil litros e um faturamento bruto de R\$ 1.391.976,00. Sendo assim, destaca-se que a empresa realizou 63% do planejado de volume em litros e 62% do faturamento esperado.

Tendo visto o volume de vendas orçado e realizado da empresa, apresenta-se a demonstração gráfica da variação do fluxo de caixa da empresa no período.

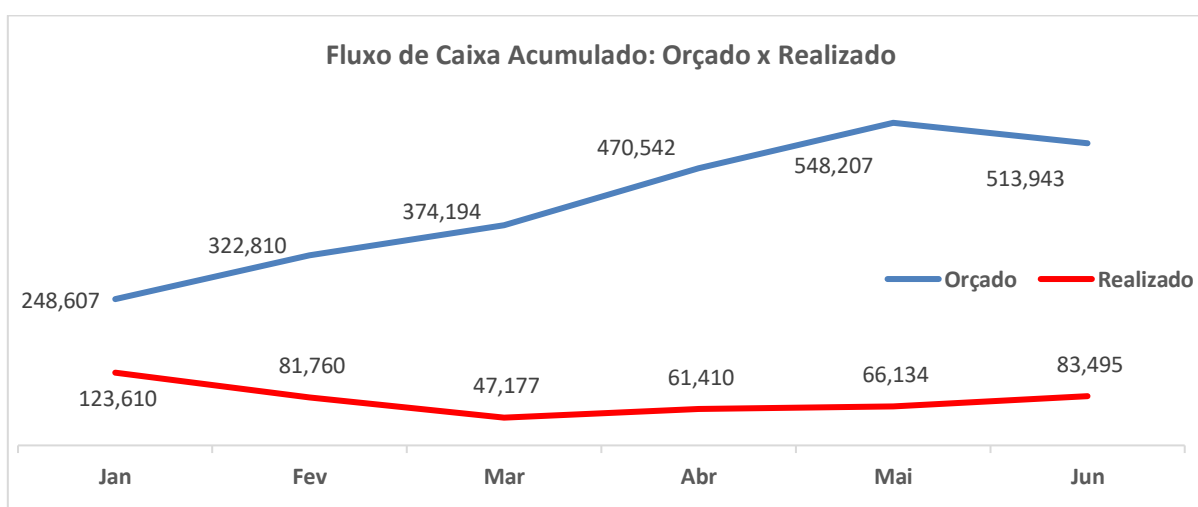


Figura 1: Fluxo de Caixa Acumulado: Orçado x Realizado (R\$)

Fonte: Autores do trabalho, 2021

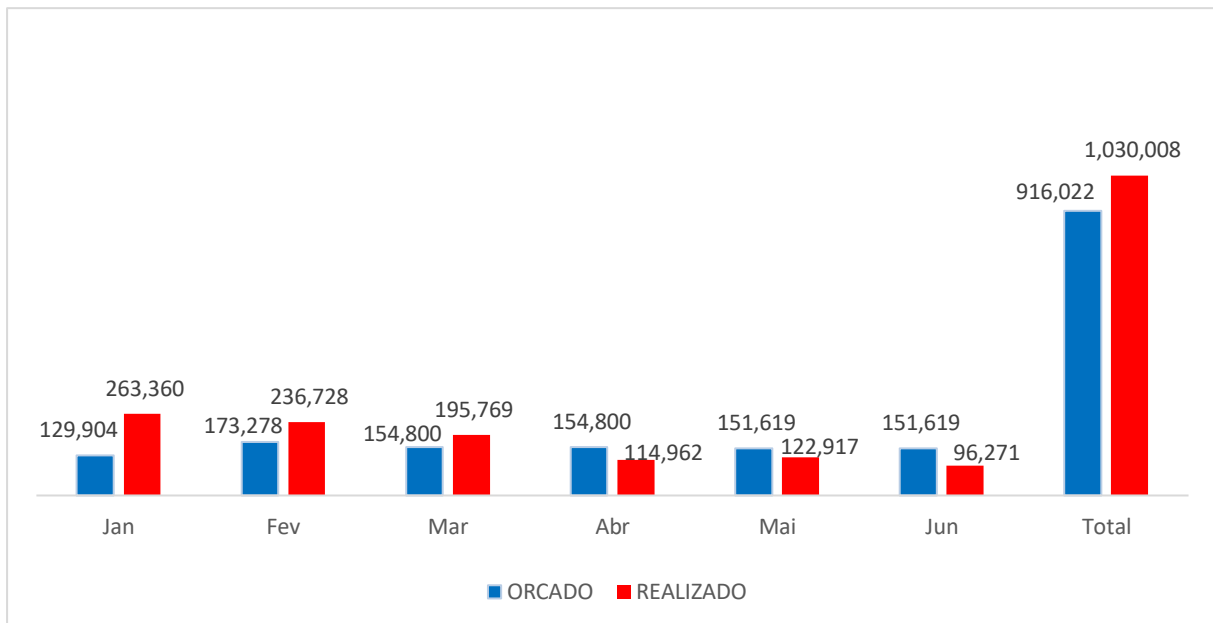


Figura 2: Custo Fixo: Orçado x Realizado (R\$)

Fonte: Autores do trabalho, 2021

Conforme as informações analisadas no gráfico da Figura 1, é possível identificar que de acordo com o orçamento previamente construído e em detrimento do que realmente foi realizado, observa-se que houve um déficit no acumulado do fluxo financeiro da empresa de 84%. Os resultados abaixo do esperado são decorrentes da queda no faturamento e principalmente na manutenção dos custos fixos.

Mesmo apresentando certa recuperação no final do período analisado, o baixo faturamento desencadeou dificuldades de capital de giro, uma vez que com a queda das vendas e em detrimento disso do faturamento, as despesas e custos fixos mantiveram-se, na maioria do período, no mesmo patamar dos períodos anteriores quando a empresa apresentava ascendência nos negócios.

De posse das informações acima referenciadas afere-se que o custo fixo total se mantém constantemente acima do orçado para o período. Evidenciando com isso que no final do semestre o valor total do custo fixo da empresa foi 12% maior que o orçado. Ainda, constata-se que no decorrer do período, em relação à queda do faturamento e consequentemente da dificuldade em gerar fluxo de caixa, a empresa obrigou-se a realizar alguns cortes nos custos fixos objetivando o equilíbrio financeiro e o corte dos fatos geradores baseados na elisão fiscal, tais cortes representaram uma redução de 65% nos custos fixos do período, sendo que as principais desonerações se centralizaram nas despesas com pessoal.

Mesmo com a diminuição das vendas e consequentemente a redução do custo variável da empresa o indicador obteve comportamento superior ao custo orçado, uma vez que o custo

variável médio orçado para o período era de R\$ 2,63 por litro, porém o realizado teve média de R\$ 3,71 por litro. O principal influenciador da variação do custo variável apontado pelo gestor da micro cervejaria foi a variação aguda do dólar durante a pandemia, uma vez que a matéria prima principal, a cevada e o malte, em sua maioria são importados e o preço de comercialização é dolarizado.

Tendo visto o realizado em volume de vendas, faturamento, custos fixo e variável, apresenta-se abaixo a composição média do ponto de equilíbrio e margem de contribuição realizada no período analisado. Salienta-se que o preço médio de venda por litro considerado foi de R\$ 6,28 e que o custo fixo considera as dívidas e amortizações realizadas pela empresa.

Quadro 4: Ponto de Equilíbrio

Descrição	Valores Unitários
Volume médio de vendas (L)	37.446
Custo variável médio (R\$)	3,33
Margem de contribuição (R\$)	2,95
Receita total (R\$)	235.159,83
Custo variável (R\$)	124.694,63
Margem de contribuição (R\$)	110.465,21
Margem de contribuição (%)	47%
Custo fixo (R\$)	147.827,00
Ponto de Equilíbrio Contábil	314.696,12
Ponto de Equilíbrio Contábil (Litros)	50.111

Fonte: Autores, 2021.

Considerando o ponto de equilíbrio para venda em 50.111 litros por mês e margem mínima ideal em R\$ 3,00 podemos verificar na Figura 3 o desempenho da empresa.

É possível observar que apenas os dois primeiros meses atingiram o volume de vendas ideal, janeiro e fevereiro, sendo que o primeiro não atingiu a margem de contribuição mínima. Ademais, apenas o mês de fevereiro teve desempenho com volume de vendas e margem acima do mínimo definido, os outros meses apresentaram desempenho abaixo do ponto de equilíbrio em volume de vendas e da margem mínima de lucratividade.

Ainda, é possível destacar que o mês de março apresentou margem superior a definida, porém, o volume de vendas não foi satisfatório.

A empresa em seu exercício do ano de 2020, apresentava-se enquadrada no regime tributário Simples Nacional, tendo como código e descrição da atividade econômica principal o CNAE 11.13-5-02 (fabricação de cervejas e Chopp), em virtude do faturamento ultrapassar o que dispõe a Lei Complementar nº 123/2006, não se torna viável a simulação do enquadramento

no regime tributário Simples Nacional, uma vez que o faturamento ultrapassa o teto para enquadramento conforme tabela abaixo, importante frisar que de acordo com o que dispõe o código e descrição da atividade econômica principal o CNAE 11.13-5-02 (ambíguo) e a legislação, esse ramo de atividade só pode ser enquadrado no regime Simples Nacional em casos de encaixe no anexo II do mesmo (faturamento até R\$ 360.000,00) conforme prevê o anexo VII da resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018 .

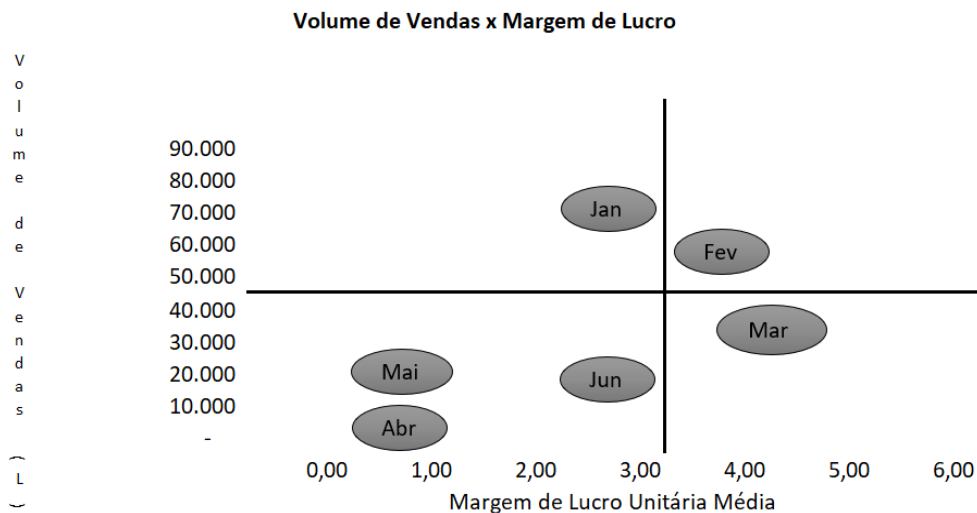


Figura 3: Volume de Vendas X Margem de Lucro
Fonte: Autores, 2021

Quadro 5: Adaptação da tabela Lefisc-2021.

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,80%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,00%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,20%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,70%	85.500,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,00%	720.000,00

Fonte: Autores, 2021

Quadro 6: Adaptação da tabela Lefisc-2021.

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos						
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	IPi	ICMS
1ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
2ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
3ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
4ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
5ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
6ª Faixa	8,50%	7,50%	20,96%	4,54%	23,50%	35,00%	-

Fonte: Autores, 2021

De acordo com as informações, verifica-se a necessidade de novo enquadramento para a empresa em análise, para que a mesma fique de acordo com o que dispõe a lei e as normas vigentes; dito isso tem-se o cenário de enquadramento no Regime tributário Lucro Presumido composto pela alíquota de 15% para o IRPJ e presunção de 8% embasado no dispositivo legal (Lei nº 9.249/1995, art.15), e no caso de excedente do valor resultante da multiplicação (20.000,00) haverá o adicional de 10% sobre a parcela do IRPJ Darf (2089), também a presunção da CSLL de 12% e alíquota correspondente a 9% fundamentada nas Leis nº 9.249/1995, art.20 e Lei nº 9.430/1996, art.28, representada pelo código Darf (2372), havendo ainda a incidência do PIS e COFINS não obstante a cumulatividade (Art.10, inciso II, Lei nº 10.833/2003) e, portanto, possuindo as alíquotas de 2,32% PIS código Darf 8109 e 10,68% de incidência COFINS código Darf 2172 tendo respaldo no art. 5º da Lei nº 10.637/2002 e art. 6º da Lei nº 10.833/2003. O quadro 6 apresenta de acordo com a apuração do faturamento mensal do exercício de 1/2020 os valores dos impostos através das suas respectivas alíquotas.

Quadro 7: Simulação – 1º Semestre de 2021

Mês	Faturamento	IRPJ (15%)	PIS(2,35%)	COFINS(10,68%)	CSLL (9%)	Total
Janeiro	R\$ 472.558,00	R\$ 4.780,46	R\$ 11.105,11	R\$ 50.469,19	R\$ 5.103,63	R\$ 71.458,39
Fevereiro	R\$ 373.279,01	R\$ 3.986,23	R\$ 8.772,05	R\$ 39.866,19	R\$ 4.031,41	R\$ 56.655,88
Março	R\$ 246.840,70	R\$ 2.962,09	R\$ 6.171,01	R\$ 26.362,58	R\$ 2.665,88	R\$ 38.161,56
Abril	R\$ 75.609,25	R\$ 907,31	R\$ 1.776,81	R\$ 8.075,06	R\$ 816,58	R\$ 11.575,76
Mai	R\$ 116.455,20	R\$ 1.397,46	R\$ 2.736,69	R\$ 12.437,41	R\$ 1.257,72	R\$ 17.829,28
Junho	R\$ 127.004,39	R\$ 1.524,05	R\$ 2.984,60	R\$ 13.564,06	R\$ 1.371,65	R\$ 19.444,36
Total	R\$ 1.411.746,55	R\$ 15.557,60	R\$ 33.546,27	R\$ 150.774,49	R\$ 15.246,87	R\$ 215.125,23

Fonte: Autores, 2021

No Quadro 7 é possível evidenciar que no primeiro semestre do ano de 2020 a empresa faturou o montante de R\$ 1.411.746,55 gerando assim um total de encargos tributários de R\$ 215.125,23 possibilitando avaliar os nuances referentes aos valores e seus respectivos meses de apuração, que no exercício do primeiro semestre de 2020 a carga tributária representou 15,23% do seu faturamento semestral.

No Quadro 8 surge o possível cenário em adequação ao Regime de tributação Lucro Real, para essa simulação foram utilizadas as alíquotas de 2,32% para PIS e 10,68% para COFINS estabelecidos pelo art. 5º da Lei nº 10.637/2002 e art. 6º da Lei nº 10.833/2003 considerando CSSL com alíquota de 9% (Fundamentação Legal: art. 20 da Lei nº 9.249/1995;

art. 28 da Lei nº9.430/1996). Tendo IRPJ com alíquota de 15% e adicional com alíquota de 10% de IRPJ em caso de parcela que exceder 20.000,00 no mês sob a égide do art. 3º e 15 da

Lei nº 9.249/1995. O quadro tem como norteador de cálculo a estimativa mensal com base na receita líquida, conforme o que dispõe o art. 3º da Lei nº 9.249/1995.

Quadro 8: Simulação – 1º Semestre 2020

Mês	Faturamento	Lucro Líquido	IRPJ (15%)	PIS(2,35%)	COFINS(10,68%)	CSLL (9%)	Total
Janeiro	R\$ 472.558,00	R\$ 108.505,59	R\$ 16.275,84	R\$ 11.105,11	R\$ 50.469,19	R\$ 9.765,50	R\$ 87.615,64
Fevereiro	R\$ 373.279,01	R\$ 102.672,55	R\$ 15.400,88	R\$ 8.772,05	R\$ 39.866,19	R\$ 9.240,53	R\$ 73.279,65
Março	R\$ 246.840,70	R\$ 59.193,81	R\$ 8.879,07	R\$ 6.171,01	R\$ 26.362,58	R\$ 5.327,44	R\$ 46.740,10
Abril	R\$ 75.609,25	R\$ 58.799,75	R\$ 8.819,96	R\$ 1.776,81	R\$ 8.075,06	R\$ 5.291,98	R\$ 23.963,81
Mai	R\$ 116.455,20	R\$ 23.044,22	R\$ 3.456,63	R\$ 2.736,69	R\$ 12.437,41	R\$ 2.073,98	R\$ 20.704,71
Junho	R\$ 127.004,39	R\$ 8.459,22	R\$ 1.268,88	R\$ 2.984,60	R\$ 13.564,06	R\$ 761,33	R\$ 18.578,87
Total	R\$1.411.746,55	R\$ 360.675,14	R\$ 54.101,27	R\$ 33.546,27	R\$150.774,49	R\$ 32.460,76	R\$ 270.882,79

Fonte: Autores, 2021

Considerando as informações que compõem o quadro, é possível analisar que o valor total dos impostos no primeiro semestre representa 19,18% do faturamento, e que a arrecadação dos encargos é igual em ambos regimes tributários quando falamos nos impostos PIS e COFINS, no entanto ao analisarmos os impostos IRPJ e CSLL temos uma diferença considerável de valores, fazendo assim com que a opção pela tributação Lucro Real torne-se inviável sendo 20,58% mais onerosa, não oferecendo vantagens para realizar a opção por este regime, até em razão do faturamento total que não se enquadra no valor mínimo (78 milhões) para opção do mesmo.

Quadro 9: Simulação – 1º Semestre de 2020

Mês	Lucro Presumido	Lucro Real	Diferença %
Janeiro	R\$ 71.458,39	R\$ 87.615,64	18,44%
Fevereiro	R\$ 56.655,88	R\$ 73.279,65	22,68%
Março	R\$ 38.161,56	R\$ 46.740,10	18,35%
Abril	R\$ 11.575,76	R\$ 23.963,81	54,69%
Mai	R\$ 17.829,28	R\$ 20.704,71	13,88%
Junho	R\$ 19.444,36	R\$ 18.578,87	-4,65%
Total	R\$ 215.125,23	R\$ 270.882,78	20,58%

Fonte: Autores, 2021

Como declarado no Quadro 9, conclui-se que, para a empresa objeto de estudo, o melhor regime tributário é o Lucro Presumido por apresentar o menor dispêndio financeiro, ao optar pelo mesmo a economia seria de R\$55.757,56, sendo 20,58% (média aritmética) mais econômico em relação ao Lucro Real, não podendo enquadrar-se no regime Simples Nacional em relação ao observado no anexo II referente ao código CNAE ambíguo.

De posse das informações acima referenciadas, apresenta-se o Demonstrativo de Resultados, orçado e realizado, com a forma de apuração mensal do primeiro semestre do ano de 2020.

De modo geral percebe-se que o faturamento com vendas bem como o custo do produto vendido apresentou declínio no período analisado quando comparados com o orçamento para o mesmo período. Essa variação da receita apresenta um reflexo no resultado da empresa, uma vez que é notório que os custos/ despesas operacionais, além de estarem acima do que foi orçado possuem a representação de 73% das receitas totais, o que somado ao custo variável, que mesmo acompanhando a queda das vendas, tornam o resultado final da empresa R\$ 564 mil reais negativos.

Ressalta-se que o elevado custo fixo da empresa está centrado em alguns investimentos realizados no período anterior e ao custo com mão de obra devido a alavancagem e projeções positivas que a empresa estava embasada para tomadas de decisões.

Os custos com investimentos, somados ao custo administrativo mantiveram-se elevados enquanto, por conta das restrições, fechamentos de bares e cancelamento de eventos por conta da pandemia do Covid 19, as receitas tiveram uma redução de 38% quando comparadas ao orçamento.

Quadro 10: DRE - Orçado

DRE Orçado	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Total
Vendas	375.036	412.540	393.788	425.041	281.277	356.284	2.243.966
(-) Deduções	43.129	47.442	45.286	48.880	32.347	40.973	258.057
(=) Receita Líquida	331.907	365.098	348.502	376.161	248.930	315.311	1.985.909
(-) CPV	156.144	170.684	162.268	178.192	121.711	154.167	943.166
(=) Resultado Operacional Bruto	175.763	194.414	186.234	197.969	127.219	161.144	1.042.743
(-) Despesas Operacionais	90.338	93.129	91.733	94.059	83.361	88.943	541.563
(=) Lucro Operacional	85.425	101.285	94.501	103.910	43.858	72.201	501.180

Fonte: Autores, 2021

Quadro 11: DRE - Realizado

DRE Realizado	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Total
Vendas	452.778	373.279	246.841	75.609	116.465	127.004	1.391.977
(-) Deduções	71.458	56.656	38.162	11.576	17.829	19.444	215.125
(=) Receita Líquida	381.320	316.623	208.679	64.033	98.636	107.560	1.176.851
(-) CPV	238.447	179.129	111.472	70.923	54.270	57.398	711.638
(=) Resultado Operacional Bruto	142.873	137.494	97.208	6.890	44.366	50.162	465.213
(-) Despesas Operacionais	263.360	236.728	195.769	114.962	122.917	96.271	1.030.008
(=) Lucro Operacional	120.487	99.234	98.561	121.852	78.551	46.109	- 564.795
(=) Resultado Líquido	-120.487	-99.234	-98.561	121.852	-78.551	-46.109	-564.795

Fonte: Autores, 2021

Por fim, é possível observar que a partir do mês de maio a empresa passa a ter seu custo fixo reduzido, por meio de ações de cortes de gastos ligadas a interrupção de investimentos e redução do quadro colaborativo da empresa. Contudo, a redução dos dispêndios não supre a queda de faturamento, logo a empresa continua apresentando resultados negativos.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou realizar um estudo e análise comparativa do planejamento orçamentário com o realizado de uma micro cervejaria do interior do município de Barão de Cotegipe – RS. Tendo em vista o significativo crescimento do segmento das micro cervejarias, e a aceitação do público pelas bebidas artesanais, nesse caso em especial chopes e cervejas, percebe-se que a empresa possui grande oportunidade de crescimento e solidificação no ramo de produção e comercialização das mercancias de bebidas da empresa, principalmente na região do Alto Uruguai/RS, mas com grandes possibilidades de expansão para outras regiões do país.

Conforme apontado pelas análises há evidenciação de diferença do que a empresa produziu em comparação ao que foi orçado. Vale destacar que a disparidade entre o orçado e realizado está fundamentado no impacto causado pelas restrições e estado de isolamento social da pandemia do Covid 19.

Assim, nota-se que houve redução do faturamento, sendo realizado apenas 62% do que

a empresa havia previsto para o período. Com a redução do faturamento houve queda nos custos variáveis, todavia a dolarização da matéria prima impactou no custo do produto, contraponto, em certa medida a queda do custo variável, uma vez que o período pandêmico ocasionou grande instabilidade no mercado econômico e em certos períodos a precificação do dólar teve grande variação.

O custo fixo total, por outro lado, manteve-se elevado, ou nos mesmos níveis que a empresa vinha operando anteriormente ao período de pandemia, uma vez que a empresa estava em fase de investimentos em infraestrutura e de expansão de atividades. Dessa forma, percebe-se que o alto custo administrativo acabou consumindo 73% das receitas totais, levando a empresa a interromper os investimentos e reduzir o quadro de colaboradores de 22 para 6 funcionários. As ações adotadas pela organização para redução dos custos fixos apresentam impacto positivos a partir de maio, contudo não foi o suficiente para reverter o resultado negativo do período. Ressalta-se que o plano orçamentário apresenta custos fixos abaixo do que a empresa realmente pratica, logo é recomendado que a empresa reveja o planejamento e ajuste os dados orçados quanto ao custo fixo para ter maior visibilidade da real situação financeira da empresa.

Junto ao impacto financeiro e econômico da pandemia, o fluxo de caixa da empresa também apresentou grande diferença entre o orçado e o realizado, mesmo apresentando-se positivo, o saldo acumulado é resultado das disponibilidades em períodos anteriores, logo a administração deve ligar o alerta para possíveis períodos de falta de liquidez e conseqüentemente aumento com despesas financeiras caso tenha que buscar recursos junto a instituições financeiras.

Por fim, a análise e compilação de todos os dados permitiu identificar que a pandemia do Covid 19 teve forte impacto negativo no ramo de atuação da empresa estudada, evidenciando, de forma clara, a diferença entre o que a micro cervejaria havia orçado, pensando em cenários não tão críticos, e o que realmente realizou. Destaca-se a importância de a empresa rever o seu plano orçamentário e seu planejamento estratégico, afim de corrigi-los a real situação do mercado.

Logo deve-se dar ênfase em estratégias de manutenção de clientes, desenvolvimento de novo produtos que permitam agregar receitas em períodos de sazonalidade que a empresa normalmente já passava e a reinserção no mercado, uma vez que seu principal cliente é o atacado e também sofre com as conseqüências da pandemia. Ainda, torna-se importante que a empresa continue o investimento que iniciou e posteriormente teve que interromper, na construção da maltaria própria, uma vez que permitirá alavancar a competitividade, excelência

no atendimento e fornecimento de um produto de alta qualidade com preço competitivo no mercado, uma vez que os custos com a matéria prima irão ser reduzidos.

Dessa forma, os resultados encontrados proporcionam respostas para o objetivo do estudo proposto e reforçam a importância do planejamento orçamentário, bem como a permanente avaliação e comparação do orçado e realizado para identificar possíveis cenários e problemas que podem impactar negativamente na empresa bem como na elaboração de estratégias e tomadas de decisão baseadas na realidade vivenciada pela organização.

REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Planejamento Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2009

AZEVEDO E. S.; MARECO P.; GIESE A. T. **Análise Do Regime Tributário Na Lange & Cia Ltda**, [s. l.], 2015. Disponível em: https://www.fasul.edu.br/projetos/app/webroot/files/controle_eventos/ce_producao/20151027-135227_arquivo.pdf Acesso em: 08 abr. 2021.

APARECIDO, C.S.; SIMÕES, C.G. **Contabilidade Gerencial - Teoria e Prática**. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017.

PEREIRA, Adriana Soares *et al.* **Metodologia da Pesquisa Científica**. Santa Maria: UFS, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia- Acesso em: 08 abr. 2021

BRASIL. **Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF: Presidência da República, [1976]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005**. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

BIERMANN, Alexandre Luiz Rocha. As sociedades empresárias e o novo Código Civil. **Revista Jus Navigandi**, , Teresina, v. 8, n. 94, 5 out. 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4290>. Acesso em: 17 mar. 2021.

BEUREN, Ilse Maria (Org.) **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CORRÊA, A. C. M. Planejamento Tributário: ferramenta estratégica da gestão empresarial. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [s. l.], v. 35, n. 158, p. 57- 73, 2006.

DIAS, Virginia de Fatima, RIBEIRO, Karla Regina Santo. **Legislação Empresarial**, [s. l.]: IESDE Brasil, 2017. Disponível em

<https://www.passeidireto.com/arquivo/88069341/legislacao-empresarial>. Acesso em: 17 mar.2021.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTI FILHO, Armando de. **Análise do Demonstrativo do Fluxo de Caixa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo Atlas 2009.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**, 12. ed. São Paulo: GEN, 2017.

HIGUCHI, H. **Imposto de renda das empresas**. 41. ed. São Paulo: IR Publicações, 2016.
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cgsim-n-59-de-12-de-agosto-de-2020-271970589> Acesso em: 29 mar. 2021

LEITE, Rita Mara; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; SILVA, Helena de Fátima Nunes; BUFREM, Leilah Santiago. Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. **Rev. contab. finanç.** [s. l.], v.19, n.47, p. 56-72, 2008.

LEONE, G. S. Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 1997.

LEONE, George Sebastião Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAPA, 2019. **Anuário da cerveja, 2019**, [s. l.], Disponível em:
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/total-de-cervejarias-registradas-no-mapa-cresceu-36-em-2019-e-chegou-a-1.209>. Acessado em: 31 mar. 2021.

MARTINS, Eliseu, **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEURER, Alison Martins. **Contabilidade Tributária**. Curitiba: Contentos, 2020.

SIQUEIRA; João P. Lara; ROCHA, Joyce S. Leal da; TELLES, Renato.
Microempreendedorismo: Formalidade Ou Informalidade? [s. l.]. Disponível em:
<http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhosPDF/423.pdf> Acesso em:
08 abr. 2021

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.V. **Curso prático de imposto de renda pessoa jurídica**. São Paulo: Frase, 2003.

PADOVEZE, Clóvis L. **Planejamento Orçamentário**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **Contabilidade Tributária**. [s. l.]. IESD Brasil, 2010.